

GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: UMA TESSITURA ACERCA DA GESTÃO EDUCACIONAL EM ESCOLAS MUNICIPAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Joicemara de Queiroz Souza¹; Marlene Valerio dos Santos Arenas²

RESUMO

O cenário pandêmico impactou de forma trágica a gestão pública da saúde, economia, segurança, educação e as políticas públicas sociais, elementos essenciais para a população. Deste modo, este trabalho tem como escopo identificar os artigos publicados na literatura científica nacional sobre os desafios enfrentados e as medidas adotadas e/ou recomendadas pelos gestores públicos no que diz respeito à educação frente à pandemia da Covid-19. Salienta-se, que para a produção dessa pesquisa optou-se por um estudo de natureza básica e uma abordagem qualitativa dos materiais encontrados durante a revisão da literatura em plataformas digitais no período de 2020 a 2023. Por fim, conclui-se que o gestor público deve ser capaz de tomar decisões diante de qualquer cenário, visando manter a qualidade da educação e dos demais serviços que são de competência municipal de modo coletivo, além disso, o estudo também evidenciou a necessidade de criar mecanismos que possam contribuir e recuperar o processo de ensino aprendizagem dos alunos que foram impactados educacionalmente em decorrência da pandemia.

Palavras-chave: Gestão educacional; Ensino remoto emergencial; Pandemia; Gestor Público Municipal.

ABSTRACT

The pandemic scenario has tragically impacted the public management of health, economy, security, education and social public policies, essential elements for the population. Thus, this work aims to identify the articles published in the national scientific literature on the challenges faced and the measures adopted and/or recommended by public managers with regard to education in the face of the Covid-19 pandemic. It should be noted that for the production of this research, a basic study and a qualitative approach to the materials found during the literature review on digital platforms in the period from 2020 to 2023 were chosen. The public must be able to make decisions in any scenario, in order to maintain the quality of education and other services that are the responsibility of the municipality collectively. of teaching and learning for students who were educationally impacted as a result of the pandemic.

Keywords: Educational management; Emergency remote teaching; Pandemic; Municipal Public Manager.

¹Pós-graduando em Gestão Pública Municipal da Fundação Universidade Federal de Rondônia, joyce.deques@gmail.com;

² Orientador pela Fundação Universidade Federal de Rondônia- UNIR, e-mail: marlenearenas@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A crise sanitária mundial decorrente do Covid-19 desencadeou a adoção de medidas de proteção a toda população com intuito de barrar a propagação em massa do novo coronavírus (SARS-CoV-2 - síndrome respiratória aguda grave), e, dentre as medidas propostas instauradas estão: o isolamento social, quarentena, interrupção de atividades consideradas não essenciais, a utilização de máscaras e a higienização com álcool em gel. Assim sendo, devido a necessidade de fechamento de vários ambientes, a escola teve suas atividades presenciais suspensas, o que deu início a busca por um meio de promover a educação às crianças e adolescentes de forma segura e com qualidade.

Deste modo, os gestores públicos alinhados aos gestores educacionais iniciaram a busca por um método de ensino que melhor atenderia às demandas oriundas da pandemia no que tange a educação. Por isso, no território brasileiro, optou-se pelo ensino emergencial remoto (ERE), como mecanismo de promoção da educação durante o período pandêmico, como formato de ensino demandou muitos esforços, particularmente de gestores(as) e professores(as) no sentido de propor, implementar e avaliar estratégias de aprendizagem em formato digital que proporcionasse aos alunos um ensino de qualidade.

Não se pode negar, que para os alunos e suas respectivas famílias o formato de ensino remoto causou muitos impactos, haja vista, que em muitos lares brasileiros não há computadores e acesso a rede de internet, instrumentos necessários para acompanhar as aulas remotas de modo satisfatório. Nesse contexto, a cerne deste estudo é: o que se tem publicado e/ou estudado sobre como a gestão pública educacional atuou nas demandas escolares municipais durante a pandemia?

Além disso, para refletir sobre alguns dos efeitos das mudanças organizacionais do contexto educacional do País, este estudo, tem como objetivo este trabalho tem como escopo identificar os artigos publicados na literatura científica nacional sobre os desafios enfrentados e as medidas adotadas e/ou recomendadas pelos gestores públicos no que diz respeito à educação frente à pandemia da Covid-19.

Mister se faz dizer, que as novas práticas pedagógicas desencadeadas pela pandemia geraram novas organizações e a necessidade de um maior envolvimento da família, o que muitas vezes não ocorria em tempos normais, por isso, a relação escola, aluno e família precisou ser reformulada também e alicerçada em bases fortes para minimizar os impactos advindos do ensino remoto.

Assim sendo, a proposta contida nesse artigo é promover uma discussão sobre a pandemia e gestão pública com viés no cenário educacional, ou seja, o trabalho faz apontamentos com base em material encontrado na literatura sobre as problemáticas enfrentadas durante a pandemia pela gestão municipal.

Deste modo, o trabalho está dividido da seguinte maneira: no primeiro tópico está a introdução, dando continuidade apresenta-se o aporte teórico que discorre sobre as competências da gestão e atuação do gestor municipal; os desafios enfrentados pela gestão municipal educacional frente à pandemia e o ensino emergencial remoto nas escolas municipais dificuldades e possibilidades. Em seguida, será apresentado o percurso metodológico utilizado para o desenvolvimento do estudo, e, por fim, as considerações finais acerca do trabalho.

2. APORTE TEÓRICO

Neste item, foram apresentados apontamentos teóricos acerca da gestão pública municipal e a atuação do gestor no que diz respeito às demandas oriundas da pandemia, haja vista, que o surgimento do coronavírus impactou diversas ações comuns do dia a dia. Nesse sentido, torna-se crucial analisar e promover diálogos sobre as dificuldades enfrentadas pelo gestor público municipal no que diz respeito ao campo educacional.

Acrescenta-se, ainda, que a gestão por se tratar de um processo pautado na organização e tomada de decisões a partir das demandas e dos recursos disponíveis, torna-se fundamental para proporcionar à população acesso a saúde, segurança, educação e políticas públicas de qualidade que visem o desenvolvimento humano de forma sustentável (GARAY, 2011).

Assim sendo, a educação como direito constitucional necessita ser promovida para as crianças, jovens e adultos diante de qualquer situação, por isso, no contexto pandêmico as autoridades, ou melhor, os gestores públicos federais, estaduais e municipais empreenderam esforços para desenvolver mecanismos para garantir o acesso à educação dos alunos das escolas públicas e privadas brasileiras. Convém dizer, que no Brasil o primeiro caso de Covid-19 foi identificado no final de fevereiro de 2020, e, a partir desse momento as ações governamentais começaram a ser planejadas e postas em prática, surgindo assim diversas mudanças no cotidiano da população, conforme Costa et al. (2021, p. 14).

Com essas mudanças ocorridas em todo mundo na área da saúde, repercutiu em todos os setores sociais, principalmente na educação. Com a pandemia em todo mundo, a vida que era considerada normal, teve que ser alterada, e as relações sociais foram modificadas e as pessoas tiveram que tomar uma nova

conduta social, logo, modificaram comportamentos, a maneira de aprendizagem e as relações interpessoais, consequentemente refletindo as estratégias de ensino. (COSTA et al., 2021, p. 14).

Nesse passo, com a implantação do distanciamento ou isolamento social ocorreu a suspensão das aulas presenciais, e assim surgiu a necessidade de a gestão escolar junto com os professores renovar a forma de ensino e os processos educacionais, por meio de recursos que contribuíssem para que o aluno não sofresse déficit no processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, foi implantado o ensino remoto emergencial, o que evidenciou a importância de a equipe gestora conhecer de forma mais aprofundada a realidade da comunidade escolar (SILVA CRUZ et al., 2020).

Diante dessa realidade, o ensino remoto emergencial, principal alternativa para suprir a demanda educacional oriunda da pandemia, foi adotado pelas escolas brasileiras como forma de disponibilizar o acesso à educação e suprir a falta de aulas presenciais. Vale destacar, que o ERE surgiu como o caminho ideal a ser seguido e, desta forma, planejar e executar estratégias e atividades que gerassem resultados, “[...] entretanto, os responsáveis pela formulação das medidas para o prosseguimento das atividades educacionais não dispunham do preparo necessário para gerir a crise instaurada pelo novo coronavírus no setor educacional” (CASTRO et al., 2020, p. 73).

Atreladas à falta de preparo dos profissionais, está a falta de estrutura em grande parte das escolas das redes de ensino pública, visto que, por diversas vezes, faltava-lhes o básico como livros, folhas e tinta para impressão, que se tornaram itens indispensáveis para levar impressos conteúdos explicativos e atividades aos alunos que não têm acesso à rede e que, por este motivo, não têm como assistir às aulas online o que evidencia a **exclusão digital**, por boa parte das crianças e adolescentes, fator que dificulta o acesso às atividades escolares.

Assim sendo, Stevanim (2020, p. 10-11) aponta em pesquisa feita pela TIC Kids Online Brasil 2019 e divulgada em 2020, que “[...] 4,8 milhões de crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos, no Brasil, vivem em domicílios sem acesso à internet o que corresponde a 18% dessa população. Se levar em conta a forma de acesso, 58% dos brasileiros nessa faixa etária acessam a internet exclusivamente pelo celular”.

Corroborando com o exposto, Brum (2021) revela que ainda há a falta de espaço adequado para os estudos nas residências brasileiras e que é preciso levar em conta que diversos estudantes contribuem na renda familiar, ou seja, muitos jovens precisam dividir seu tempo entre a escola e trabalho fator que aumenta os obstáculos no caminho para uma aprendizagem significativa.

Por fim, a gestão pública voltada para área educacional precisou agir de forma célere para propor medidas que garantissem o acesso à educação em meio as lacunas originadas e intensificadas pela pandemia. Portanto, afunilando a proposta desta pesquisa para o âmbito municipal os gestores públicos deste ente foram decisivos nas medidas implantadas para proporcionar o acesso à educação, por isso, no item a seguir será apresentadas discussões acerca da competência e atuação do gestor municipal na esfera educacional frente à pandemia.

X.1. Diálogos acerca da gestão municipal da educação na pandemia

A gestão municipal da educação no que tange o território brasileiro é norteada pelas diretrizes constitucionais que são influenciadas direta ou indiretamente, pelas reformas ou inovações realizadas na Política Educacional. Importante destacar, que a educação ou melhor as questões ligadas à educação transcendem o campo nacional, ou seja, há uma preocupação mundial em torno das políticas educacionais (BACELAR; BACELAR, 2021).

Assim sendo, as complexidades em torno da educação sofrem influência internacional para alavancar o processo educativo, isto significa dizer, que os planejamentos e cooperação entre os países tem como objetivo alicerçar a educação em bases sólidas que garantam a população estudantil acesso a processos escolares de qualidade.

Colaborando com o exposto, as autoras Abdian e Werle (2013) destacam que para atingir a qualidade na educação é necessário seguir alguns caminhos como:

A descentralização administrativa conferindo maior autonomia para as unidades escolares; participação maior dos envolvidos no processo educacional no interior das escolas; o controle do órgão central passa a se realizar na distribuição de recursos, no controle nos meios de acompanhamento e na avaliação dos resultados (ABDIAN; WERLE, 2013, p. 3).

A par disso, a gestão pública em todas as esferas se mostra como mecanismo para promoção da educação, todavia, conforme a proposta deste trabalho que tem como foco a gestão municipal educacional, é relevante dizer que os municípios são peças-chave no caminho evolutivo do País, desde a descentralização ocorrida a partir de 1988. Salienta-se, que esse processo proporcionou aos municípios um aumento de poderes e atuação no que diz respeito ao gerenciamento e administração dos recursos financeiros (VELOSO et al., 2011).

Em consonância com o exposto os autores Guimarães e Oliveira (2019) destacam que:

Após 1988, não houve somente a descentralização das atividades administrativas, mas também do processo de gestão dessas atividades o que exigiu dos gestores municipais uma reformulação significativa na forma de planejamento, na implementação e avaliação de políticas públicas. Esse contínuo desenvolvimento do processo de descentralização, especialmente no que se refere às políticas públicas ligadas às áreas como Saúde, Educação e Assistência Social outorgaram aos governos municipais o papel principal no processo de desenvolvimento dos municípios, pois apesar de serem elaboradas e financiadas pela União, a maior parte da sua gestão acontece na esfera municipal (GUIMARÃES; OLIVEIRA, 2019, p. 365).

Nesse passo, os municípios precisaram redefinir a estrutura organizacional e administrativa para atender às novas demandas, haja vista, que aos municípios foram delegadas novas competências e o desempenho de funções, que eram de inteira responsabilidade da União (OLIVEIRA; SOUSA, 2021).

Deste modo, conforme preconizado na Constituição Federal de 1988, em seu art. 208, “§ 1º a Educação Básica é direito público subjetivo, devendo ser garantida a todos os cidadãos” (BRASIL, 1988). Ademais, cabe aos municípios a promoção do ensino infantil e fundamental, segundo o art. 211 da Constituição Federal (1988):

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação da EC 14/1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação da EC 14/1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela EC 14/1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (Redação da EC 59/2009)

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela EC 53/2006) (BRASIL, 1988, *grifo nosso*)

Sob esse prisma, os municípios devem atuar de modo prioritário na educação infantil e no ensino fundamental. Assim sendo, o papel do gestor municipal torna-se ainda mais basililar no que se refere a educação, pois o primeiro contato das crianças é de responsabilidade municipal, portanto, é crucial planejar essa modalidade de ensino e redirecionar investimentos que findem por impulsionar o ensino na rede municipal, haja vista, que muitos municípios brasileiros são afetados pela falta de recursos (CAETANO et al., 2020).

Acrescenta-se, ainda, que a pandemia evidenciou muitas lacunas na educação municipal como a falta de acesso a rede de internet, mecanismo altamente utilizado no ensino remoto emergencial implantado na maioria das escolas brasileiras (SCHMITZ, 2022). Corroborando com o exposto, segundo dados do Programa Todos pela Educação o acesso à internet no Brasil apresenta os seguintes dados:

67% dos domicílios possuem acesso à rede, sendo esse percentual muito diferente entre classes sociais: 99% para aqueles da classe A, 94% na B, 76% na C e 40% na D e E [...]. Para os domicílios que não têm atualmente acesso à internet, o motivo mais apontado como o principal pelo não acesso é o alto custo (27%), seguido do fato de os moradores não saberem usar a internet (18%) [...]. o dispositivo mais utilizado para acesso à internet pelos brasileiros é o telefone celular, que já está presente em 93% dos domicílios (100% na classe A e 84% na classe DE). Computadores, por outro lado, estão em 42% dos domicílios (sendo 47% na classe C e 9% na D e E) (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020, p. 9).

Nesse passo, os dados apresentados evidenciam que a exclusão digital foi uma problemática intensificada pela pandemia, isto é, permeava o campo educacional, mas com a pandemia foi ampliada o que contribuiu para o déficit educacional. Deste modo, o gestor municipal precisava promover uma ação conjunta objetivando minimizar os efeitos da pandemia na educação, todavia, para isso é fundamental planejamento e investimentos no setor educacional municipal (GRACINO, et al., 2021)

Por fim, é fundamental traçar diálogos e propor caminhos que contribuam para que a educação no âmbito municipal seja forte e de qualidade, superando os problemas desencadeados pela pandemia. Afinal, a pandemia foi danosa para a educação brasileira, haja vista, que muitos brasileiros não dispunham de recursos necessários para acompanhar o ensino remoto emergencial de forma satisfatória, por isso, com o retorno da aulas presenciais é fundamental que os gestores priorizem a recuperação dos alunos que tiveram seu processo de aprendizagem impactados pela pandemia.

3. METODOLOGIA

Para a elaboração dessa pesquisa a qual é de natureza básica, optou-se por uma revisão da literatura, por meio de um estudo exploratório com a abordagem qualitativa em plataformas digitais como *Google Acadêmico* e *SciELO*, no qual foram selecionados 160 artigos a partir das buscas realizadas por meio das palavras “gestão municipal na pandemia”, “atuação do gestor municipal e cenário educacional pandêmico”, “gestão municipal, educação e pandemia”.

A partir da pesquisa dos 160 artigos selecionados, foi realizada uma triagem com os seguintes critérios: (i) período de publicação de 2020 a 2023, os artigos fora desse intervalo foram excluídos, assim, 80 materiais ficaram de fora da pesquisa. (ii) conter a temática proposta, 40 foram excluídos. (iii) artigos repetidos, 25 materiais foram excluídos.

Após a triagem dos artigos restaram apenas 15 documentos os quais foram utilizados, para desenvolver esse estudo de cunho bibliográfico. Salienta-se que acerca da pesquisa bibliográfica é possível dizer segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 54):

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Corroborando o autor Boccato (2006, p. 266) explica que pesquisa bibliográfica objetiva:

[...] buscar a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Por fim, a pesquisa bibliográfica é uma metodologia de pesquisa, haja vista, que por meio da mesma é possível promover discussões com base em obras e estudos publicados, e assim, maximizar o conhecimento existente na literatura. Portanto, a pesquisa bibliográfica tende a ressignificar o conhecimento encontrado na literatura por meio de um olhar diferente, ou seja, a partir da ótica de outro pesquisador. Assim sendo, no item a seguir apresenta-se o percurso da análise, e, uma sucinta discussão acerca dos dados.

4. PERCURSO DA ANÁLISE DOS DADOS

Como mencionado no item anterior foram utilizados 15 para o desenvolvimento da pesquisa, os quais apresentam-se no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1-Objetivos e métodos dos materiais norteadores da pesquisa.

| Artigo | Objetivo | Método |
|-----------------------------|--|---|
| GRACINO et al. (2021) | Responder a questões referentes aos impactos do “ensino remoto” em uma escola pública de educação básica na cidade de Ponta Grossa, no Estado do Paraná. | Qualitativo. Coleta de dados 2021. |
| SCHMITZ (2022) | Conhecer a percepção dos diretores escolares quanto ao processo ensino-aprendizagem durante o ERE, dificuldades e desafios. | Pesquisa bibliográfica. Coleta de artigos 2021 a 2022. |
| OLIVEIRA; SOUSA (2021) | Analisar as concepções da gestão escolar presentes nos documentos que norteiam a prática desse direcionamento. | Pesquisa documental. |
| RODRIGUES et al., (2021) | Apreender os desafios e dilemas enfrentados pelas Secretarias Municipais de Ensino/Educação em municípios tocantinenses no período pandêmico, mais precisamente sobre o ensino remoto, híbrido e/ou com o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) como forma de garantir o direito educacional instituído por lei. | Estudo de caso. |
| CAETANO et al., (2022) | Debater as percepções de docentes, em contextos socioeconômicos desiguais que marcam a cidade do Rio de Janeiro, sobre o acesso discente às tecnologias de educação remota proposto pela Secretaria Municipal de Educação em tempos de pandemia. | Coleta de dados. Entrevista com corpo técnico e docente via WhatsApp. |
| BACELAR; BACELAR (2022) | Discutir acerca das políticas públicas voltadas para educação durante e no pós pandemia. | Revisão bibliográfica. |
| SILVA CRUZ (2020) | Refletir quanto à viabilidade e efetividade da educação mediada por tecnologia para as crianças e adolescentes inseridas em uma instituição municipal de ensino fundamental do município de Serra Preta - Bahia. | Pesquisa bibliográfica e documental. |
| CASTRO; SOUSA; USTRA (2020) | Compreender os reflexos das aulas remotas nas práticas pedagógicas de professores. | Estudo de caso. Utilização de questionário. |
| ABDIAN; WERLE (2013) | Discutir relações entre gestão municipal da educação, qualidade de ensino e função do gestor escolar, a partir de dados de pesquisa de pós-doutorado, financiada pelo CNPq. | Estudo de caso. Entrevista realizada com Secretária e assessora de educação de um município do sul. |
| BRUM (2021) | Discutir acerca das questões relacionadas às aprendizagens e suas possíveis potencializações por meio do uso das tecnologias. | Pesquisa bibliográfica. |
| STEVANIM (2020) | Discutir sobre a exclusão digital no contexto pandêmico. | Artigo de debate. |
| COSTA et al. (2021) | Refletir sobre a inserção da estratégia de ensino em razão da suspensão das aulas presenciais em todo o mundo. | Abordagem de natureza qualitativa, do tipo bibliográfico. |
| SOUZA (2022) | Discutir a aplicabilidade do planejamento estratégico | Estudo bibliográfico e |

| Artigo | Objetivo | Método |
|------------------------|--|---|
| | no âmbito educacional do município de Itinga/MG, explicitando as suas características, particularidades e potencialidades. | uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa. |
| SILVA (2021) | Entender os avanços e desafios políticos em face à pandemia e provisão de retomada da economia no município de Candeias-Ba. | Pesquisa de campo e análise documental. |
| OLIVEIRA et al. (2021) | Refletir como está sendo desenvolvida Gestão Democrático-participativa na escola investigada oriunda da rede pública Municipal, bem como, acerca da atuação do gestor. | Pesquisa exploratória produzida durante estágio supervisionado em gestão educacional em uma escola municipal de Bela Cruz, Ceará. |

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A partir dos artigos pesquisados foi possível verificar que a educação foi bastante impactada com a pandemia, tanto para os profissionais, quanto para os alunos que sofreram demasiadamente com as difíceis mudanças no formato de ensino, ou seja, saída do ensino presencial para o ensino emergencial remoto.

Diante dessa problemática, o gestor público de todas as esferas, e em especial o gestor municipal, o qual compõe o objeto de estudo deste artigo, precisou agir de forma rápida para garantir à população o acesso a uma educação de qualidade, sendo, a melhor saída encontrada o Ensino Emergencial Remoto (ERE).

Dessa forma, o gestor público municipal instituiu como alternativa para manter o acesso à educação nas escolas municipais, o ERE, claramente conforme evidenciado em linhas pretéritas, não foi fácil a inserção desse mecanismo no cenário educacional, mas para garantir o acesso à educação foi necessário fazer uso do ERE conforme pesquisa de Silva, (2021).

Corroborando com isso, no trabalho de Oliveira et al. (2021) fica evidenciado que foi exigido do gestor municipal novas práticas e modelos inovadores para gerir a crise instaurada na educação e nas demais áreas. Assim sendo, é fundamental pensar na gestão pública municipal como o pilar das demais gestões (estadual e federal). Não se quer dizer com isso, que é a mais importante, porém, pode ser vista como a base que contribui efetivamente para que as demais sejam fortalecidas.

Assim sendo, a partir da análise dos artigos ainda foi possível constatar a fundamentalidade do gestor municipal no contexto pandêmico, afinal, diante da problemática originada no cenário educacional, o gestor público buscou mecanismos para garantir o acesso

à educação, bem como, outras questões relacionadas à saúde, segurança e demais questões de competência do gestor municipal.

Não se pode negar, que não foi tarefa fácil planejar a continuação da educação no contexto pandêmico, mas o gestor a partir de um planejamento célere e da implantação do Ensino Emergencial Remoto (ERE), bem como, a confecção de apostilas para os alunos que não tinham acesso a rede de internet, buscou garantir que os processos educacionais não fossem prejudicados. A par disso, como apontado por Costa et al. (2020) o gestor municipal ciente de suas responsabilidades planejou juntamente com as secretarias de educação, ações que atendessem os alunos da rede pública municipal em sua totalidade, seja por meio do ERE ou de materiais impressos.

Acrescenta-se, ainda, que o gestor público atuou nas lacunas durante e no pós pandemia, todavia, ainda há muito a ser planejado na área educacional, ou seja, o retorno às aulas presenciais insere na escola alunos com diversas lacunas educacionais. Portanto, cabe ao gestor público em ação conjunta com os demais atores do campo educacional municipal planejar projetos, programas entre outros mecanismos que contribuam para maximizar a aprendizagem dos alunos atendidos pela rede municipal de educação, segundo apontado no trabalho de Souza (2020).

Em síntese, a gestão municipal na figura do seu gestor precisou reinventar suas práticas no que tange o período pandêmico e lançar olhar no planejamento educacional pós pandemia, haja vista, que as lacunas deixadas na educação foram drásticas e precisam de ações que visem minimizar esses impactos na educação das crianças que são atendidas pela rede municipal. Por fim, o gestor municipal necessita manter-se atento e estar munido com uma equipe de gestão que maximize suas ações, proporcione aos cidadãos acesso aos bens e serviços com alto grau de qualidade, eficiência e celeridade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao exposto no decorrer deste trabalho foi possível verificar e identificar como o gestor municipal agiu diante da pandemia no que tange o cenário educacional, bem como, analisar as principais medidas para garantir o acesso à educação das crianças atendidas pela rede municipal. Nesse sentido, pode-se dizer que o objetivo desta pesquisa de cunho documental foi atendido, haja vista, que se constatou como ações do gestor público municipal: (i) ações para garantir o acesso à educação ofertada na rede municipal de educação por meio do ERE e materiais impressos; (ii) planejamento juntamente com as secretarias de educação mecanismos

para minimizar os impactos na educação; (iii) desenvolvimento de projetos para auxiliar no processo educacional no pós pandemia.

Além disso, foi possível compreender a importância do gestor municipal, e também, como é crucial que este profissional esteja ciente da sua responsabilidade no cenário político brasileiro, afinal de contas, os Municípios são peças importantes para o crescimento do País. Desta forma, as ações desse gestor precisam ser forjadas no planejamento, responsabilidade e em prol do bem coletivo.

Ademais, o estudo proposto teve como principal dificuldade encontrar artigos que abordassem a temática a partir de pesquisas de campo, boa parte dos materiais encontrados tinham como metodologia a revisão da literatura, estudo documental e análise de documentos em órgãos educacionais. Não se quer dizer com isso, que essas pesquisas não tem valia, pelo contrário, tais estudos contribuem muito para discussões em torno da atuação do gestor público municipal no campo educacional. Todavia, é importante entrevistar, questionar, isto é, ouvir a voz dos profissionais e gestores públicos frente às dificuldades e impactos sentidos pelos profissionais no cenário educacional frente à pandemia de covid-19.

Posto isto, para um estudo posterior seria crucial analisar a visão dos profissionais ligados a educação municipal (professores, diretores, supervisores), as principais dificuldades enfrentadas durante a pandemia e após a pandemia, e também, investigar as ações do gestor público municipal e das secretarias de educação no que tange a educação durante e pós estado pandêmico.

Por fim, todo o estudo empreendido no decorrer deste artigo evidencia o quão fundamental é refletir acerca da gestão municipal, principalmente no campo educacional, pois a educação é um dos pilares para o desenvolvimento do Município, e, conseqüentemente do País.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter abençoado meus dias com saúde, sabedoria e força para superar todos os desafios que surgiram durante a jornada acadêmica da pós-graduação. Gratidão a minha família: mãe, pai e irmão por ser a melhor rede de apoio que eu poderia ter. Estudar sempre foi minha opção de crescimento pessoal e profissional, os estudos e aperfeiçoamento sempre foram o caminho escolhido para ter uma vida digna, aprender para ensinar e compartilhar, tudo que aprendo é para ser compartilhado com as pessoas ao meu redor. Maria Elisa, minha pequena tudo que faço todas as noites estudando, os cursos, a busca por conhecimento é por você e para você.

Gratidão ao programa de pós-graduação em gestão pública municipal pela oportunidade de crescer profissionalmente e aprender sobre a gestão municipal. Obrigada a minha orientado Marlene Valerio uma mulher de fibra, forte, amável, meiga, sabia e detentora de muito conhecimento, uma professora e profissional que tive a sorte de conviver e aprender muito, grata por compartilhar seu conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABDIAN, Graziela Zambão; WERLE, Flávia Obino Correa. **Gestão municipal da educação e qualidade do ensino da escola pública: relações e implicações a partir da concepção da função de gestor escolar.** 2013 Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoes/Relatos/0218.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BACELAR, Dandara Scarlet Sousa Gomes; BACELAR, Lucas Marques. **Desafios na educação durante e pós-pandemia: necessidade de políticas públicas inovadoras e formação profissional atualizada.** 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/81357>. Acesso em: 14 fev. 2023.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ.** Cidade de São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em < A pesquisa bibliográfica Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021 <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>> Acesso em: 14 fev. 2023.

BRUM, Lucas Pacheco *et al.* Pandemia, educação e desigualdade: o ensino-aprendizagem mediado pelas tecnologias. **Revista da FUNDARTE**, v. 44, n. 44, p. 1-24, 2021. Acesso em: https://www.researchgate.net/profile/Cristina-Wolffenbuettel-2/publication/350891879_PANDEMIA_EDUCACAO_E_DESIGUALDADE_O_ENSINO-APRENDIZAGEM_MEDIADO_PELAS_TECNOLOGIAS/links/6078f059907dcf667ba12e97/PANDEMIA-EDUCACAO-E-DESIGUALDADE-O-ENSINO-APRENDIZAGEM-MEDIADO-PELAS-TECNOLOGIAS.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

CAETANO, Marcio; SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço; SOUZA TEIXEIRA, Tarciso Manfrenatti. Educação em tempos de pandemia: reflexões sobre políticas de educação na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 6, p. 116-138, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/52036>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CASTRO, Douglas Pereira; SOUSA, Nayane Danielle Rodrigues; USTRA, Sandro Rogério Vargas. **Os reflexos do ensino remoto na docência em tempos de pandemia da Covid-19.** Revista EDaPECI, v. 20, n. 3, p. 72-86, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7675813>. Acesso em: 14 fev. 2023.

COSTA, Maria Antônia Ramos *et al.* **A educação em tempos de pandemia: uma reflexão sobre o ensino remoto.** Tópicos em educação, p. 12, 2021. Disponível em: <https://deposita.ibict.br/bitstream/deposita/255/2/T%C3%B3picos%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Doc%C3%Aancia%20Tecnologias%20e%20Inclus%C3%A3o.pdf#page=12>. Acesso em: 14 fev. 2023.

GRACINO, Eliza Ribas *et al.* A pandemia e a educação na escola pública: a dualidade do ensino e a diferença das classes sociais. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 21, p. e021049-e021049, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8665300>. Acesso em: 10 fev. 2023.

OLIVEIRA, Mateus Oliveira; SOUSA, Raimundo. A Gestão Escolar em Escolas Públicas Municipais: Concepções e Contradições. **European Academic Research**. Vol. IX, Issue 3/ June 2021. Disponível em: <https://www.euacademic.org/UploadArticle/5033.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

OLIVEIRA, Bruna Gessica *et al.* Gestão Democrático-participativa: desafios frente à pandemia em uma escola municipal. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 4, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6607>. Acesso em: 14 fev. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=zUDsAQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA13&dq=PRODANOV,+C.+C.%3B+FREITAS,+E.+C.+Metodologia+do+trabalho+cient%3%ADfco:+m%3%A9todos+e+t%3%A9cnicas+da+pesquisa+e+do+trabalho+acad%3%AAmico.+Novo+Hamburgo,+RS:+Feevale,+2013.&ots=dc25cjlw8GN&sig=MNmVluMtkB91oKzOSYXz2o6E7LQ>. Acesso em: 14 fev. 2023.

RODRIGUES, Rute Soares *et al.* Gestão da educação municipal nos sistemas e redes de ensino/educação tocantinenses: desafios na garantia do direito educacional no período da pandemia. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 6, p. e13332-e13332, 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/13332>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SILVA CRUZ, Luciano *et al.* **Gestão escolar: dificuldades e desafios no oferecimento do ensino remoto em tempos de pandemia**. In: CENEDU: VII Congresso de Educação Nacional, Alagoas, 2020, Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA19_ID6213_01092020174753.pdf. Acesso em: 014 fev. 2023.

SILVA, Leila Ingrid Pereira Santos. Gestão pública: avanços e desafios em tempos de pandemia-Candeias/BA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 5, p. 194-207, 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1185/517>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SCHMITZ, Maria Alice da Silveira. **A gestão escolar em tempos de pandemia: desafios e perspectivas para diretores escolares**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade Federal de Santa Maria. Sapucaia do Sul -Rio Grande do Sul. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/26369/TCCE_GPM_EaD_2022_SCHMITZ_MARIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 fev. 2023.

SOUZA, Danielly Pinheiro Gusmão *et al.* Planejamento Estratégico e Gestão Pública Municipal: um Estudo sobre a Secretaria Municipal de Educação de Itinga-MG. **Multifaces: Revista de Ciência, Tecnologia e Educação**, v. 4, n. 1, p. 84-101, 2022. Disponível em: <https://multifaces.ifnmg.edu.br/index.php/multifaces/article/view/205>. Acesso em: 14 fev. 2023.

STEVANIM, Luiz Felipe *et al.* **Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia.** 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43180>. Acesso em: 14 fev. 2023.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020.** São Paulo: Moderna, 2020. Disponível em: <http://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/10/Anuario-Brasileiro-Educacao-Basica-2020-web-outubro.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.